

PARANÁ: A MELHOR EDUCAÇÃO DO BRASIL? O QUE DEMONSTRA A REALIDADE NO CHÃO DA ESCOLA

Silvio Borges da Silva Júnior

Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA-Brasil)

RESUMO

A educação do Paraná tem servido de vitrine para o governo Ratinho Jr. O slogan “A melhor educação do Brasil é do Paraná” pode ser visto e ouvido nos mais diferentes meios de propaganda. Diante desse cenário, o presente artigo apresenta e discute os efeitos da política de avaliação em larga escala, representada no Brasil pelo Ideb, para alunos, professores e a educação pública em geral. Analisa os dados das quatro últimas edições do Ideb, que demonstram que o que alavancou as notas do Paraná foi o aumento expressivo das taxas de aprovação e não o desempenho dos alunos na Prova Brasil. Por fim, lista uma série de mecanismos criados pela Seed, bastante questionados por pesquisadores, professores e estudantes, para aumentar a taxa de aprovação das escolas e o desempenho dos alunos nas provas. Diante desse cenário, questiona-se se indicadores como o Ideb, são de fato capazes de aferir a qualidade da educação ofertada e a aprendizagem dos alunos nas escolas e redes de ensino.

Palavras-chave: ideb; escola pública; reformadores empresariais da educação; responsabilização; meritocracia.

PARANÁ: THE BEST EDUCATION IN BRAZIL? WHAT THE REALITY ON THE SCHOOL FLOOR SHOWS

ABSTRACT

The education system in Paraná has served as a showcase for the Ratinho Jr. government. The slogan "The best education in Brazil is from Paraná" can be seen and heard in various forms of propaganda. In this context, this article presents and discusses the effects of large-scale assessment policies, represented in Brazil by the IDEB (Basic Education Development Index), on students, teachers, and public education in general. It analyzes data from the last four editions of the IDEB, which demonstrate that what boosted Paraná's scores was the significant increase in approval rates, not student performance on the Prova Brasil (Brazil Test). Finally, it lists a series of mechanisms created by the State Department of Education (SEED), which have been heavily questioned by researchers, teachers, and students, to increase school approval rates and student performance on tests. Given this scenario, the question arises whether indicators such as the IDEB are actually capable of measuring the quality of education offered and student learning in schools and school systems.

Keywords: Ideb; public school; business reformers of education; accountability; meritocracy.

PARANÁ: ¿LA MEJOR EDUCACIÓN DE BRASIL? LO QUE DEMUESTRA LA REALIDAD COTIDIANA EN LAS ESCUELAS

RESUMEN

La educación en Paraná se ha convertido en una vitrina para el gobierno de Ratinho Jr. El eslogan “*La mejor educación de Brasil es la de Paraná*” ha sido ampliamente difundido en diversos medios de comunicación. En este contexto, el presente artículo analiza los efectos de las políticas de evaluación a gran escala, representadas en Brasil por el Índice de Desarrollo de la Educación Básica (Ideb), sobre los estudiantes, los docentes y el sistema de educación pública en general. Se examinan los datos de las cuatro ediciones más recientes del Ideb, los cuales revelan que el aumento en los índices de Paraná se debió principalmente a un incremento significativo en las tasas de aprobación escolar, y no a mejoras en el rendimiento académico de los estudiantes en la prueba estandarizada *Prova Brasil*. Además, se presentan una serie de mecanismos implementados por la Secretaría de Estado de Educación de Paraná (Seed), muchos de los cuales han sido objeto de críticas por parte de investigadores, docentes y estudiantes, orientados a elevar tanto las tasas de promoción como el desempeño estudiantil en las evaluaciones. Ante este escenario, cabe preguntarse si indicadores como el Ideb son realmente capaces de evaluar con precisión la calidad de la educación ofrecida y el nivel de aprendizaje de los estudiantes en las escuelas y sistemas educativos.

Palabras clave: Ideb; escuela pública; reformadores empresariales de la educación; rendición de cuentas; meritocracia.

Introdução

Desde que assumiu o governo do estado do Paraná, em 2019, Ratinho Jr. (PSD) tem implementado na educação paranaense o que ficou conhecido entre os pesquisadores como política de avaliação em larga escala, uma política focada em aumentar os índices de medidores educacionais, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que foi criado em 2007, pelo Decreto nº 6.094/2007, com o objetivo de aferir objetivamente a qualidade da educação ofertada nas escolas e redes de ensino por meio de dados do rendimento escolar (taxa de aprovação) combinados com o desempenho dos alunos em testes padronizados, como a Prova Brasil.

Autores como Diane Ravitch (2011) e Luiz Carlos de Freitas (2012), têm denominado as reformas (ou contrarreformas) pelas quais tem passado a educação pública em diversos países, nas últimas duas décadas, entre eles o Brasil, de Reforma Empresarial da Educação. Consequentemente, denominam os propositores e defensores dessas reformas de Reformadores Empresariais. Vale ressaltar que a política de avaliação em larga escala tem, ao mesmo tempo, dado sustentação e servido de incentivo e justificativa para tais reformas.

Não é por acaso que Ratinho Jr. nomeou como Secretário de Estado da Educação do Paraná um legítimo representante dos Reformadores Empresariais, o senhor Renato Feder, ex-executivo e sócio da Multilaser, empresa do ramo de eletrônicos e tecnologias¹. Uma das primeiras medidas do novo Secretário foi a criação da Prova Paraná, para ser aplicada em todas as turmas e escolas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Além disso, ainda no final de 2019 (primeiro ano do governo), a Secretaria de Estado da Educação (Seed), criou e impôs a todas as escolas estaduais um programa chamado “Se liga, é tempo de aprender mais”. Contrariando a legislação educacional, os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e a autonomia pedagógica dos professores, exigiu que fosse realizada em todas as unidades escolares uma recuperação extra, ao final do ano letivo, para todos os alunos que, por motivos diversos, não atingiram a média para progredir de série.

A partir desses e de outros mecanismos que abordaremos no decorrer deste artigo, o governo Ratinho Jr. logrou aumentar a nota do IDEB das escolas estaduais do Paraná nas três últimas edições. Esses resultados tornaram a educação paranaense a vitrine do governo Ratinho Jr. O slogan “A melhor educação do Brasil é do Paraná!” pode ser visto e ouvido nas diversas propagandas do governo estadual, seja na televisão, nas redes sociais, rádios, youtube ou outdoors. O sucesso foi tão grande que Renato Feder chegou a ser cotado para ser Ministro da Educação do governo Bolsonaro² e, em 2023, tornou-se Secretário de Estado da Educação de São Paulo, o estado mais rico do Brasil, convidado pelo atual governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Diante do exposto, a partir dos dados do IDEB que mostram o Paraná no topo do ranking da educação brasileira, e considerando minha experiência como professor de Língua Portuguesa, atuando na rede estadual desde 2008, pretende-se, neste artigo, primeiramente, problematizar essa política de avaliação em larga escala, isto é, mostrar, por meio de estudos realizados por pesquisadores da área, os efeitos colaterais dessa política bem como os interesses empresariais envolvidos. Por fim, pretende-se discutir os resultados do Paraná nas últimas três edições do IDEB, analisando se de fato as notas alcançadas refletem realmente a qualidade da educação ofertada em uma escola e/ou rede de ensino, e se elas são capazes, também, de verificar a aprendizagem dos alunos.

¹ Ver <[SP fechou contratos com ex-empresa de Renato Feder com ele no cargo](#)>. Acesso em: 22 jul. 2025.

² Ver: <[Bolsonaro indica a aliados que Feder será novo ministro da Educação | CNN Brasil](#)>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Reforma do Estado e Política de avaliação em larga escala

Para melhor compreender o atual momento da educação paranaense (que não é muito diferente da brasileira) em que a avaliação em larga escala tem controlado quase todos os processos pedagógicos da educação básica, é importante retomar o contexto histórico em que essa política foi introduzida.

De acordo com Sousa, Oliveira (2003 e 2010) e Faria (2005) o processo de avaliação de políticas públicas, em especial da educação, tem início na América Latina, e de forma mais específica no Brasil, no final da década de 1980 e início de 1990, num contexto de reforma do Estado, isto é, a partir da crítica ao Estado providência e da defesa das ideias neoliberais de Estado mínimo. A ideologia neoliberal ganha força no contexto da mundialização do capital, da crise do Estado de Bem-Estar Social e da reestruturação produtiva.

Caiden e Caiden (2001, p. 79) apresentam dois propósitos básicos da reforma do Estado. O primeiro está relacionado ao corte dos gastos considerados desnecessários, à melhoria da eficiência e da produtividade, à flexibilização da gestão e aumento da capacidade de resposta, além da transparência e responsabilidade, colocando o “consumidor” em primeiro lugar, este entendido como os cidadãos usuários dos serviços públicos. Já o segundo propósito da reforma era contribuir para uma reavaliação das organizações governamentais, isto é, decidir se as mesmas deveriam continuar desempenhando suas funções ou se deveriam estar a cargo de outras organizações - leia-se privadas.

Nesse contexto, considerando que o processo de reforma enfrentou resistências, Faria (2005, p. 100) afirma que a medição de desempenho, o monitoramento e a avaliação tiveram papel fundamental para garantir

a credibilidade do processo de reforma e a sustentabilidade política das diretrizes de desregulamentação e de redução do tamanho do governo, quer pela via da chamada “devolução”, ou seja do deslocamento das funções e dos serviços para as instâncias subnacionais, quer pela via da privatização.

Nesse mesmo sentido, Caiden e Caiden (2001, p. 80) afirmam que essas funções da avaliação

no fueron sólo ornamentales ni tuvieron una significación incidental en las reformas. Fueron (o deberían ser) las palancas de cambio esenciales, hasta tanto se tuviera la evidencia de que la reforma estaba actuando y la seguridad permanente de que los gobiernos estaban operando de manera competente,

con eficiencia y efectividad, en función del interés público.

Portanto, sob a influência das ideias neoliberais de crítica ao tamanho e ineficiência do Estado e culto ao setor privado, passou-se a adotar, no âmbito da administração pública, naqueles setores que por diversos motivos não puderam ser privatizados ou terceirizados, uma concepção gerencialista de administração, isto é, adotou-se para a administração pública os princípios da administração empresarial.

Sousa e Oliveira (2003, p. 877) afirmam, ainda, que as medidas para conformar a educação à lógica empresarial são várias, porém, a política de avaliação demonstrou um maior potencial de se adequar a essa lógica. Isso porque essas avaliações introduzem e naturalizam conceitos e práticas oriundos das teorias da administração empresarial ao avaliarem a produtividade e estabelecerem metas a serem atingidas, criando *rankings* e prêmios (financeiros inclusive), incentivando a competição entre escolas e sistemas de ensino.

Interesses e consequências da política de avaliação em larga escala

De acordo com Freitas (2014a, p. 1089), o empresariado brasileiro conviveu muito bem com o alto índice de analfabetismo e com a má qualidade da educação por muitas décadas. Porém, a partir da universalização do acesso à educação quase toda a população em idade escolar passou a frequentar a escola, entretanto, como demonstra o Censo Escolar de 2024, cerca de 80% das matrículas da educação básica estão na rede pública, enquanto apenas 20% estão nas instituições privadas (Inep, 2024a).

Frente a esse quadro, podemos deduzir que há pelo menos dois grandes interesses dos chamados reformadores empresariais no que se refere à educação brasileira. O primeiro deles é típico do modelo neoliberal: a abertura de mercados que estão sob o controle do Estado, como é o caso da educação.

Considerando que a expansão da oferta não se deu de forma expressiva nas instituições privadas, como demonstra o Censo Escolar, empresas de consultoria educacional, de materiais didáticos, de tecnologia da informação, mais recentemente também as de plataformas educacionais, editoras de livros didáticos, entre outras consideradas especialistas do ramo educacional, a maioria ligada a grandes conglomerados educacionais de capital aberto, como o grupo COC, a Abril Educação e a Editora Moderna/Santillana (Adrião; Domiciano, 2018, p. 07) têm interesse em vender seus produtos às Secretarias de Educação,

vide os exemplos de compras de apostilas, plataformas educacionais e contratação de empresas e/ou fundações para realização de avaliações em larga escala nas redes municipais e estaduais de ensino.

O outro grande interesse dos empresários é o controle ideológico da educação. Sobre isso, Freitas (2014b, p. 51-54) afirma que, embora eles sempre tiveram interesse no controle político, pedagógico e ideológico da escola, agora mudaram a forma e o empenho para intervir nas políticas educacionais, o que se pode observar com a criação de movimentos e fundações como o Todos pela Educação e a Fundação a Lemann.

Essas organizações trazem em seu bojo instituições ditas filantrópicas e empresas de assessoramento educacional com receitas para serem implementadas nas escolas públicas, além de ter como finalidade fazer pressão sobre os poderes executivo e legislativo, tanto da união, quanto dos estados e municípios, para que estes atendam aos interesses do mercado (Freitas, 2014b, p. 51).

Entretanto, a principal forma de colocar a educação no mercado é, sem dúvida alguma, a privatização das escolas públicas. E o modelo para isso vem dos Estados Unidos (entre outros países), podendo ser realizado de duas formas: através dos *vouchers*, ou como é conhecido no Brasil, a distribuição de bolsas para que os alunos estudem em instituições particulares, ou a concessão da gestão da escola para a iniciativa privada, as chamadas *charters schools*. Nesse caso, a oferta continua sendo gratuita para os alunos e o Estado transfere os recursos para uma empresa administrar a escola.

No Brasil, a política de bolsas já está institucionalizada, e é bastante conhecida no Ensino Superior, desde a criação do Prouni, em 2005. Entretanto, nos últimos 10 anos, essa política está sendo ampliada para a educação básica, principalmente por iniciativa de municípios que precisam garantir vagas para a educação infantil, como é o caso de Curitiba que criou um vale-creche de até mil reais para crianças de 0 a 3 anos. De acordo com a prefeitura, 4,6 mil famílias já estão recebendo o vale (Curitiba, 2025).

Já o modelo de concessão da gestão das escolas para a iniciativa privada está em curso na rede estadual do Paraná, por meio do Programa Parceiro da Escola. Em 2022, o governo Ratinho Jr., publicou um edital para credenciamento de empresas educacionais interessadas em assumir a gestão administrativa de 27 escolas estaduais. O edital previa que fosse realizada uma consulta pública às comunidades escolares para decidir sobre a adesão ou não

ao programa. Apenas duas, das 27 escolas, atingiram o quórum mínimo estabelecido para a votação, que ocorreu em dezembro de 2022, e aderiram ao programa (Chilante; Farias; Lima, 2024, p. 07).

Em junho de 2024, o governador enviou para a ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná), em regime de urgência, um Projeto de Lei para ampliar o Programa Parceiro da Escola para mais 204 unidades escolares. Mesmo com a deflagração de greve dos professores e muitos protestos, o Projeto foi aprovado, tornando-se a Lei nº 22.006/2024 (Chilante; Farias; Lima, 2024, p. 07-08).

Em dezembro do mesmo ano ocorreram as consultas públicas sobre a adesão ou não ao programa, em 177 escolas. De acordo com informações do próprio governo, o quórum mínimo de comparecimento, de 50% mais um, exigido pela Seed, foi atingido em apenas 90 escolas, pouco mais da metade (Paraná, 2024b). Dessas, apenas 10 votaram para aderir ao programa. Entretanto, por decisão unilateral da Seed, alegando critérios técnicos “como ausência de divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ou avaliações abaixo da média estadual, bem como frequência escolar menor do que 85%” (Secretaria da Educação, 2024a), 70 das 83 escolas que não tiveram quórum foram incluídas no programa de privatização. Dessa forma, o Paraná conta hoje com 83 escolas estaduais que tiveram a gestão administrativa repassada para a iniciativa privada.

Sobre os *vouchers* e a terceirização da gestão das escolas, Freitas (2012, p. 387-388), apresenta pesquisas realizadas na Austrália e nos Estados Unidos, países que já adotaram esses sistemas, que demonstram algumas das consequências dessas políticas, como o aumento da segregação e da desigualdade social e educacional.

Na Austrália, os *vouchers* provocaram a migração de alunos de maior nível socioeconômico para escolas privadas, enquanto os alunos de menor nível permaneceram nas escolas públicas (Watson; Ryan, 2009, p. 15 *apud* Freitas, 2012, p. 388). Da mesma forma, de acordo com Frankenberger *et al* (2011 *apud* Freitas, 2012, p. 387), nos Estados Unidos, nas escolas que funcionam sob concessão predominam “a população branca e melhor posicionada socialmente em relação à escola pública regular”.

De acordo com Watson e Ryan (2009, p. 15 *apud* Freitas, 2012, p. 388), esse fenômeno ocorre porque, ao se criar “um ambiente de mercado com a intenção de que as escolas se tornem mais produtivas, as escolas podem responder simplesmente selecionando

estudantes de melhor desempenho, e pais de alto nível socioeconômico estão mais propensos a serem os ‘escolhidos’”.

Conforme destaca Freitas (2012, p. 383), no Brasil, a partir dos anos 2000, principalmente com a criação do IDEB, o neotecnicismo passa a se estruturar em três categorias: responsabilização, meritocracia e privatização.

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “*standarts*”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase no processo de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas à condição de pilares da educação contemporânea (Freitas, 2012, p. 383).

A categoria responsabilização, como o próprio nome sugere, busca responsabilizar principalmente as escolas e os professores pelos resultados alcançados nas avaliações. Por isso, Kane e Staiger (2002 *apud* Freitas, 2012, p. 383) afirmam que a responsabilização envolve três elementos: “testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções.”

Já a meritocracia, para Freitas (2012, p. 383), é uma categoria que perpassa a de responsabilização, uma vez que as recompensas ou sanções, sejam elas financeiras ou de outra ordem, e a própria divulgação pública dos resultados, que expõe a escola e os professores ao julgamento da sociedade, compõe o caráter meritocrático do sistema.

Nesse sentido, o autor (Freitas, 2012, p. 383-386) traça um panorama das consequências que essa categoria acarreta a alunos, escolas e professores. Quanto aos primeiros, ele lembra que a proposta política liberal fala em “igualdade de oportunidades e não de resultados”. Partindo dessa premissa, que não leva em consideração a “igualdade de condições no ponto de partida”, a escola deve oferecer a oportunidade aos alunos; aproveitá-la e ter “sucesso” dependerá do esforço pessoal, do mérito de cada um; da mesma forma, o fracasso será culpa do próprio aluno. Nesse contexto,

diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as “distorções” de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados (Freitas, 2012, p. 383).

Conforme explica Freitas (2014, p. 51), a bandeira dos reformadores empresariais é a

defesa do direito de todos à aprendizagem, porém esse direito está restrito ao básico, àquilo que é necessário para desempenhar algumas funções no setor produtivo ou de serviços, e que não coloque em risco o controle ideológico exercido sobre a escola. Além disso, afirma o autor,

Focando no direito à aprendizagem tenta-se apagar a importância de outros direitos que são fundamentais para o exercício do direito à educação: o direito à alimentação, o direito à habitação, ao trabalho, à moradia, à renda, etc. Não há como defender um direito isolado dos outros, pois um depende do outro como mostram os estudos que correlacionam desempenho na escola e nível socioeconômico. Os testes não medem só aprendizagem, medem simultaneamente nível socioeconômico. Com isso, causas sociais são camufladas em causas escolares via avaliações de larga escala baseadas em testes. A sociedade menos avisada, pelo menos a princípio, acredita. (Freitas, 2014, p. 54).

Quanto às consequências da meritocracia para os profissionais da educação, Freitas (2014, p. 55-56 e 2012 p. 390-394) cita pelo menos três: competição entre os profissionais, precarização da formação docente e destruição moral do professor.

Em relação à primeira, o autor afirma que envolver esses profissionais em um sistema de competição diminui a possibilidade de colaboração entre eles, não obstante, a educação

tem que ser uma atividade colaborativa. A ação de um professor não se esgota apenas no tempo em que ele passa com o aluno. Afeta outros professores, pois o aluno é o mesmo. Se um deles destrói a autoestima do aluno, todos serão atingidos por este fato (Freitas, 2014, p. 55).

Sobre a precarização na formação docente, Freitas (2014, p. 56) adverte que o apostilamento das redes de ensino deixa o professor dependente desse tipo de material didático, “retirando dele a qualificação necessária para fazer a adequação metodológica segundo requer cada aluno”. Além disso, instala-se uma visão pragmatista de formação, voltada apenas aos aspectos práticos das metodologias de ensino, afastando esses profissionais de uma formação mais ampla e crítica, que discuta concepção de ser humano, sociedade e educação (Freitas, 2014a, p. 1103).

Em relação à destruição moral do professor, esta começa com o pagamento de bônus por desempenho dos alunos, pois tal prática considera que o único incentivo para que esses profissionais façam um bom trabalho é ganhar mais. Na sequência vem a exposição desses professores a sanções ou aprovações públicas, levando em consideração os resultados das escolas nos testes de desempenho dos alunos (Freitas, 2012, p. 385).

A avaliação do sistema de ensino, ao se tornar censitária e padronizada, desempenha o

papel de padronização também do processo pedagógico, desde a definição dos objetivos, conteúdos e até dos métodos utilizados pelos professores, o que possibilita um maior controle externo do trabalho pedagógico (Freitas, 2014b, p. 1093).

Conforme destaca Freitas (2014b, p. 1094) é visível nas escolas que as avaliações externas têm orientado os objetivos, a carga horária e os conteúdos das disciplinas, principalmente de Língua Portuguesa e Matemática, as quais são avaliadas nos testes. Entretanto, as demais disciplinas têm sofrido também os efeitos dessa política, uma vez que elas têm ficado em segundo plano, tendo inclusive sua carga horária reduzida para aumentar o tempo das disciplinas avaliadas.

O fato de as avaliações de larga escala avaliarem apenas algumas disciplinas (Português e Matemática e, em alguns casos, Ciências), tem gerado o que Freitas (2012, p. 389) e vários outros autores chamam de estreitamento ou afunilamento curricular. Uma vez que os testes avaliam apenas essas disciplinas e, dentro delas, determinados conteúdos, somado às consequências que os resultados trazem às escolas e professores, como bonificações, exposição pública, etc. levam diretores e professores a simplesmente organizarem o trabalho pedagógico para a preparação dos alunos para os testes, negligenciando outros aspectos formativos.

Conforme afirma Sacristán (2013, p. 19), o currículo ao fazer uma escolha determina o que deve ser ensinado/aprendido e, ao mesmo tempo, o que não se deve ensinar, nem aprender. Nesse sentido, sobre o que não se vai aprender, o argumento dos reformadores empresariais é bastante conhecido: é necessário aprender primeiro o básico para poder ter acesso aos conhecimentos mais complexos. Entretanto, como destaca Freitas, (2012, p. 389), por esse argumento se posterga sempre para um futuro indefinido uma formação mais ampla e sólida para a juventude

retirando dela elementos de análise crítica da realidade e substituindo-se por um “conhecimento básico”, um corpo de habilidades básicas de vida, suficiente para atender aos interesses das corporações e limitado a algumas áreas de aprendizagem restritas (usualmente leitura, matemática e ciências).

De acordo Freitas (2012, p. 386), as categorias responsabilização e meritocracia, elencadas acima, preparam o terreno para as modalidades de privatização da educação pública destacadas na primeira parte desta seção. Isso porque, como vimos, o critério técnico utilizado pela Seed para justificar a privatização das escolas, mesmo daquelas que não atingiram

quórum mínimo na consulta pública, foi a ausência de divulgação de resultados do Ideb e avaliações abaixo da média estadual. Da mesma forma, os índices são utilizados para justificar processos administrativos abertos contra diretores de escola e até mesmo a destituição destes.

No Paraná, há ainda outro agravante, a plataformização da educação. Acessando a página da Seed/PR, é possível encontrar facilmente um link para as “Plataformas Educacionais” que dá acesso a 13 plataformas utilizadas pela rede estadual. Dessas 13, pelo menos 7 são de uso “obrigatório”, entre elas estão: Redação Paraná, Leia Paraná, Khan Academy, Matific, Inglês Paraná e Desafio Paraná (antigo Quizizz, agora Wayground) (Escola Digital, 2025).

A evolução no Ideb da rede estadual do Paraná de 2017 a 2023

Nesta seção, pretende-se mostrar a trajetória do Ideb na rede estadual do Paraná a partir de 2017. A opção por esse recorte temporal se justifica, pois 2017 foi a última edição desse indicador antes da gestão de Ratinho Jr. no governo do estado, e de Feder e Roni Miranda³ na educação, que foram os responsáveis pelo aprofundamento da política de avaliação em larga escala, que levou o Paraná ao topo do ranking, nos anos seguintes, mas que, por outro lado, tem entregue a educação pública paranaense para as mãos do mercado, seja por meio da plataformização, apostilamento e compra de tecnologias e consultorias educacionais, seja pela forma mais pura do liberalismo econômico que é a privatização.

Conforme pesquisa realizada por Silva Jr. (2016), a partir de 2011, na gestão Beto Richa (2011-2016), a política educacional da Seed já dava sinais claros de que se adaptaria à política de avaliação em larga escala. Em 2012, foi criado o SAEP (Sistema de Avaliação Educacional do Paraná), o Caderno de Expectativas da Aprendizagem, voltado para as matrizes de avaliação do SAEB (Sistema de Avaliação Educacional Brasileiro) que, na prática, substituiu as Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras da Educação Básica (DCEs), referencial curricular da época, e passou a nortear o planejamento das escolas e dos professores. Além disso, houve mudanças na grade curricular do Ensino Fundamental, reduzindo o número de aulas de Educação Física, Arte, História e Geografia, para aumentar a

³Atual Secretário de Estado da Educação do Paraná, é professor da rede, foi diretor de escola, Chefe de Núcleo e Diretor de Educação da Seed no período em que Renato Feder foi Secretário de Educação.

carga horária de Língua Portuguesa e Matemática, e os períodos de formação pedagógica passaram a ser voltados para a discussão dos índices e descritores da Prova Brasil.

Entretanto, como já mencionado, é a partir de 2019, no governo Ratinho Jr. que os reformadores empresariais, representados por Renato Feder, dominaram a educação pública paranaense e passaram a implementar seu projeto mercadológico, utilizando para isso, a política de avaliação em larga escala.

Na sequência, serão apresentados na tabela 1, os resultados dos anos finais do Ensino Fundamental do Paraná (6º ao 9º ano), nas quatro últimas edições do Ideb: 2017, 2019, 2021 e 2023. A tabela está organizada da seguinte forma: a primeira coluna apresenta o ano de referência dos dados; a segunda, o indicador de rendimento, mais conhecido como taxa de aprovação; a terceira e a quarta colunas apresentam as notas da Prova Brasil de Matemática e de Língua Portuguesa, respectivamente; já a quinta, contém a média do desempenho nas duas provas e, por fim, a sexta coluna, mostra a nota alcançada no Ideb.

Tabela 1: Ideb Paraná: anos finais do Ensino Fundamental (2017-2023)

Ano	Indicador de rendimento (taxa de aprovação)	Desempenho em Matemática (nota)	Desempenho em Língua Portuguesa (nota)	Média padronizada (nota)	Ideb
2017	0,87	270,06	266,95	5,62	4,9
2019	0,92	274,99	268,20	5,72	5,3
2021	0,98	267,49	264,98	5,54	5,4
2023	0,98	269,26	268,10	5,62	5,5

Fonte: Inep, 2024b (organizada pelo autor)

Observando a tabela, é possível perceber que a nota do Ideb vem aumentando desde 2017. Entretanto, o maior crescimento, de 4 décimos, ocorreu de 2017 para 2019, primeiro ano do governo Ratinho Jr. e sob o comando de Renato Feder. Nos anos seguintes, o crescimento foi apenas de 1 décimo em cada edição.

Para entender esse crescimento é importante olhar atentamente para os outros dados da tabela. O primeiro deles, e talvez o mais importante para a nossa análise, é o indicador de rendimento (ou taxa de aprovação). Observe que em 2017, a taxa de aprovação era de 0,87, em 2019 passou para 0,92, um aumento de 5 pontos percentuais. Quando olhamos para a taxa de aprovação de 2023, isto é, 0,98, vemos que o crescimento foi de 11 pontos percentuais,

uma diferença considerável.

Por outro lado, ao analisarmos as notas das provas, vemos que o crescimento, no mesmo período, não foi tão expressivo assim, pelo contrário, aumentou de 2017 para 2019, reduzindo nos anos seguintes. Ao olhar apenas para a média padronizada das provas, percebemos que a média de 2023 (5,62) é a mesma de 2017, menor que a de 2019, e levemente maior que a de 2021, ano da pandemia.

Considerando que a fórmula de cálculo do Ideb leva em consideração esses dois indicadores (desempenho x rendimento), pode-se afirmar que o que mais pesou para o aumento do Ideb no Paraná foi a taxa de aprovação e não o desempenho dos alunos nas provas.

Abaixo apresentamos a tabela 2, com os resultados referentes ao Ensino Médio, organizados da mesma forma que a tabela anterior.

Tabela 2: Ideb Paraná: Ensino Médio (2017-2023)

Ano	Indicador de rendimento (taxa de aprovação)	Desempenho em Matemática (nota)	Desempenho em Língua Portuguesa (nota)	Média padronizada (nota)	Ideb
2017	0,84	279,49	274,82	4,73	4,0
2019	0,91	293,30	290,85	5,16	4,7
2021	0,96	287,32	288,28	5,04	4,8
2023	0,97	283,89	288,80	5,00	4,9

Fonte: Inep, 2024b (organizada pelo autor)

Notem que a lógica de crescimento foi a mesma do Ensino Fundamental II, aumento expressivo da taxa de aprovação, mas redução do desempenho nas provas de 2019 em diante. Em relação ao rendimento, no Ensino Médio, o salto foi ainda maior. De 2017 para 2019, foi de 0,84 para 0,91, um aumento de 7 pontos percentuais, se comparado a 2023 (0,97), o aumento foi de 13 pontos.

Esse aumento do Ideb impulsionado pela taxa de aprovação já foi apontado em pesquisa realizada por Silva (2010), que comparou os dados do Ideb de 2005 e 2007. Segundo ela, nesse período “não foram as notas do Saeb que tiveram maior peso e sim a taxa de aprovação que se elevou com maior intensidade, ou seja, o índice melhorou não porque os

alunos estão apreendendo mais os conteúdos, mas porque estão sendo aprovados em maior número” (Silva, 2010, p. 444).

Nessa mesma direção, o professor José Francisco Soares, que foi presidente do Inep entre 2014 e 2016, e a Professora Flávia Pereira Xavier, em artigo intitulado Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb, afirmam que

O raciocínio de que um resultado pode compensar o outro está presente na metodologia do Ideb em vários pontos: um melhor aprendizado de um aluno compensa o pior aprendizado de outro aluno na mesma escola; um melhor desempenho em Leitura compensa um aprendizado insuficiente em Matemática; e um melhor aprendizado de alguns compensa a reprovação de outros (Soares; Xavier, 2013, p. 912).

Silva (2010, p. 438), destaca, ainda, os limites do Ideb ao levar em consideração apenas dois fatores (rendimento e desempenho) para avaliar a qualidade da educação ofertada no Brasil,

o que acaba por desconsiderar outros fatores de igual ou maior relevância na medição da qualidade do ensino, tais como: nível socioeconômico e cultural dos alunos, formação docente, valorização do magistério, condições materiais e imateriais de trabalho, gestão escolar, infraestrutura da escola, insumos, entre outros.

Diversos autores, entre eles Soares e Xavier, Freitas, Dalben e Silva apontam a relação do nível socioeconômico das comunidades escolares com o Ideb das instituições de ensino. No entanto, embora os alunos respondam um questionário com o objetivo de coletar esses dados, seus resultados não fazem parte da fórmula que compõe o Ideb, que leva em conta apenas o rendimento e o desempenho dos alunos. Dessa forma, a divulgação do Ideb, normalmente feita pela mídia e pelas próprias Secretarias de Educação, que ranqueiam as escolas e redes de ensino, é feita de forma descontextualizada, sem levar em conta dados socioeconômicos das comunidades escolares.

Diante disso, Soares e Xavier (2010, p. 917) alertam que “a identificação de escolas com projetos pedagógicos exemplares não pode ser feita apenas com o Ideb, que, como visto, identifica também escolas que têm bons resultados apenas porque atendem a alunos que trazem muito do capital cultural de suas famílias”. Para esses autores,

O Ideb deve ser divulgado de forma contextualizada, que contenha pelo menos uma descrição do nível socioeconômico das escolas ou dos municípios. Idealmente, outras características das escolas, como sua infraestrutura, devem também ser consideradas. Isso não advoga que as expectativas relativas ao aprendizado dos alunos devem ser diferentes em

diferentes municípios, mas apenas que, para atingir os aprendizados necessários, alguns cenários sociais são mais adversos do que outros (Soares e Xavier, 2010, p. 920).

Nesse sentido, dando continuidade à análise dos resultados do Paraná nas últimas edições do Ideb, apresentaremos, na sequência, algumas ações implementadas pela Seed que ajudam a explicar o crescimento contínuo da taxa de aprovação e o aumento da média padronizada das provas, que ocorreu de 2017 para 2019.

a) Criação da Prova Paraná e do Programa “Se liga, é tempo de aprender mais”

Ao assumir a Secretaria da Educação, em 2019, uma das primeiras medidas de Renato Feder foi a criação da Prova Paraná. Inicialmente, apenas para as disciplinas de Português e Matemática, que são as avaliadas na Prova Brasil, mas que se ampliou para todos os componentes curriculares do ciclo comum, a partir de 2021. A criação de testes e simulados com base nas matrizes de avaliação do SAEB é muito comum entre as redes de ensino com o objetivo de treinar os alunos para responderem a Prova Brasil.

Ainda em 2019, foi criado o Programa “Se liga, é tempo de aprender mais”, que consiste em uma recuperação extra para os alunos que, por diversos motivos, não atingiram a média para progredir de série. Tal programa, não atende o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), nº 9394/1996, a qual preconiza que a recuperação deve ser feita, de preferência, paralelamente ao ano letivo, e que a avaliação deve ser contínua e cumulativa com prevalência “dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Além disso, a medida fere a autonomia pedagógica das escolas que constroem coletivamente seus Projetos Políticos-Pedagógicos; também interfere na autonomia do docente de planejar a melhor forma de recuperação, levando em consideração a realidade dos alunos, além de ser um retrabalho para o professor, que já realizou a recuperação paralelamente ao ano letivo, conforme previsto na legislação (Silva Jr., 2021, p. 91).

b) Plataformização: RCO+ aulas e desafio Paraná

A pandemia foi uma grande oportunidade de negócios para os empresários da educação. As primeiras plataformas educacionais do Paraná começaram a ser utilizadas nesse

período. Inicialmente as ferramentas Google, como o classroom, drive, gmail, google docs, meet, etc. E na sequência as demais: Kahoot, Matific, Quizizz, Redação Paraná, entre outras.

Aproveitando-se do longo período de aulas remotas, com o argumento de auxiliar o professor durante as aulas via meet, a Seed, no início de 2021, incluiu no LRCO (Livro de Registro de Classe Online), de todas as disciplinas, slides (preparados no google apresentações) com aulas prontas, de todos os conteúdos, organizados por aula e por trimestre. Mesmo após o retorno das aulas presenciais esta medida foi mantida. Vale destacar que todas as aulas de Língua Portuguesa, por exemplo, trazem os descritores do SAEB que serão trabalhados. A maioria das atividades propostas nas aulas são perguntas de múltipla escolha, no mesmo formato das da Prova Brasil.

É importante salientar, ainda, que o conteúdo e os descritores apresentados nas aulas do RCO, são cobrados na Prova Paraná, muitas vezes, os mesmos textos e perguntas das aulas. Dessa forma, os professores são pressionados a utilizar esse material para que o aluno se saia bem nas provas, caso contrário, o professor é cobrado e responsabilizado pelo desempenho dos estudantes.

Outra plataforma educacional utilizada com vistas a melhorar o desempenho dos alunos nos testes é o Quizizz, que este ano passou a se chamar Wayground. Assim como as aulas, as atividades desta plataforma foram colocadas no RCO para que os professores as atribuam para os alunos por meio do classroom. No caso de Língua Portuguesa, em sua maioria, são atividades que envolvem textos e perguntas de múltipla escolha, voltadas aos descritores do SAEB. Conforme afirma o próprio site da Seed, esse programa, chamado de Desafio Paraná, viabiliza “temáticas específicas para os estudos direcionados à Prova Paraná e ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)” (Secretaria da Educação, 2024b).

O denominado Desafio Paraná, abarca todas as disciplinas e está ligado aos conteúdos das aulas prontas do RCO. De acordo com a Secretaria da Educação (2023a), as atividades fazem parte do processo avaliativo e devem corresponder a 30% da nota do trimestre.

Além desse, há, ainda, o Super Desafio Prova Paraná e o Desafio SAEB. O primeiro é utilizado para preparar os alunos para cada uma das edições da prova. “(...) as atividades do Super Desafio Prova Paraná são produzidas levando em consideração os descritores de cada série e ano/componente que serão cobrados na Prova Paraná” (Secretaria da Educação,

2024b). E o segundo, aplicado aos 9º anos do Ensino Fundamental e 3º anos do Ensino Médio, em anos de Prova Brasil.

O Desafio SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), tem como objetivo preparar os estudantes para a avaliação. O recurso oferece personalização inédita ao classificar os alunos em diferentes categorias (Aventureiros, Estrategistas e Desbravadores) de acordo com seu nível de aprendizagem, proporcionando atividades adaptadas às suas necessidades (Secretaria da Educação, 2024b).

Como se pode perceber, toda a organização didático-pedagógica das aulas está voltada ao treinamento para os testes.

c) Pagamento de bonificação para os profissionais da educação

A primeira bonificação para profissionais da educação da rede estadual do Paraná que tem relação com o cumprimento de metas relacionadas ao aumento do Ideb foi criada em 2021, com a aprovação da Lei nº 20.935/2021, pela ALEP, que instituiu a Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal (GIEM), a ser paga aos Diretores e Diretores auxiliares de escolas com mais de 150 estudantes e que tivessem índices de frequência acima de 85%. De acordo com o parágrafo quarto, do artigo segundo da referida Lei,

§ 4º A frequência de estudantes, apurada mensalmente, indicará a incidência da gratificação que será paga no mês subsequente ao apurado, considerando sempre os dias letivos de cada período e somente será devida nos meses com mais de 10 (dez) dias letivos, divididas em três segmentos:

I - frequência maior ou igual a 85% (oitenta e cinco por cento) e menor que 90% (noventa por cento);

II - frequência maior ou igual a 90% (noventa por cento) e menor que 95% (noventa e cinco por cento); e

III - frequência maior ou igual a 95% (noventa e cinco por cento).

Os valores do bônus, previstos no artigo terceiro da Lei, são de “no mínimo, R\$ 108,00 (cento e oito reais) e, no máximo, R\$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais) ao Diretor, e de, no mínimo, R\$ 92,00 (noventa e dois reais) e, no máximo, R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais) ao Diretor Auxiliar”

A Lei nº 20.935/2021 criou, também, a Gratificação de Resultado de Aprendizagem (GRAP), “a ser paga ao Diretor/Diretor Auxiliar cuja instituição de ensino atingir satisfatório resultado no índice de aprendizagem”. O índice de aprendizagem deve ser aferido em avaliação oficial anual e a gratificação paga em parcela única, no ano subsequente ao período

de apuração. Contudo, ao contrário da GIEM, que foi implementada em 2022, a GRAP ainda não foi regulamentada pelo governo.

Em 2023, ano de Ideb, a Seed anunciou um pagamento de bônus a todos os profissionais da educação das escolas estaduais que melhorassem suas notas. O Bônus por Resultado de Aprendizagem (BRA) foi instituído pela Lei nº 21.847/2023, e pago em agosto de 2024, após a divulgação dos resultados do Ideb 2023, levando em consideração os seguintes critérios.

Art. 3º O Bônus de Resultado de Aprendizagem - BRA será fixado em 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do Nível 1, Classe 1, da Carreira de Professor do Quadro Próprio do Magistério - QPM, sendo devido:

I - o valor integral: quando as instituições de ensino atingirem as metas estabelecidas nos atos regulamentares;

III - a metade do valor: para as instituições que registrarem avanços nos resultados de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da meta estabelecida. ([Redação dada pela Lei Complementar 281 de 24/06/2025](#))

§ 1º Não farão jus ao Bônus de Resultado de Aprendizagem - BRA as instituições de ensino que obtiverem retração do índice de crescimento ou resultado inferior a 50% (cinquenta por cento) da meta estabelecida para aquela instituição.

§ 2º O Bônus de Resultado de Aprendizagem - BRA será pago no ano em que houver divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Essa prática de pagamento de bonificação aos profissionais da educação pelo cumprimento de metas relacionadas ao Ideb se tornou bastante comum nas redes municipais e estaduais. Essa é uma das características meritocráticas do Ideb e que tem como consequência o que Freitas denominou de destruição moral do professor, uma vez que incentiva a competição entre os pares, considera que o único incentivo para o bom desempenho do docente é a retribuição financeira, além de expor as escolas e profissionais à opinião pública, levando em consideração apenas um indicador, o Ideb.

Outra consequência é a desvalorização dos profissionais da educação. Paralelamente às implementações das bonificações para aumentar os índices do Paraná, o governo do estado tem realizado um verdadeiro desmonte na carreira e direitos desses profissionais. Já em 2019, aprovou o fim da licença prêmio para os servidores estaduais; desde 2017 não cumpre com os 33% de hora-atividade, conforme previsto na Lei do Piso Salarial Nacional do magistério; extinguiu a carreira dos funcionários de escola e terceirizou a função; descaracterizou o plano de carreira dos professores, reduzindo os percentuais interclasses e interníveis para pagar o piso salarial apenas aos professores que estão em início de carreira, achatando a tabela salarial; não cumpre a data-base anualmente da categoria, o que levou a uma perda salarial de

40% nos últimos 8 anos, não preenche as vagas ociosas com professores concursados, priorizando os contratos temporários e agora os CLTs, por meio da terceirização da gestão das escolas, o que leva o estado a ter, atualmente, cerca de 50% dos professores não efetivos, entre outras medidas que precariza o trabalho docente.

A lógica implícita é: receber bônus pelos índices alcançados, para isso não é necessário plano de carreira que valorize o tempo de serviço prestado à educação pública e a formação profissional e acadêmica ao longo da carreira.

d) Apostilamento e simulados

No primeiro item desta seção abordamos a plataformização e as aulas prontas do RCO, que em certa medida funcionam como um apostilamento digital, uma vez que trazem conteúdos e roteiros a serem seguidos nas aulas, bem como as atividades que os alunos devem desenvolver, o que retira a autonomia dos professores no planejamentos de suas aulas. É importante salientar que as escolas já recebem o livro didático enviado pelo Mec, para todos os estados e municípios, por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Contudo, todas essas ferramentas: Prova Paraná, aulas prontas, Desafio Paraná, Desafio Prova Paraná, Desafio SAEB, entre outras plataformas educacionais adotadas, ainda não foram suficientes para a Seed garantir o treinamento dos alunos e as notas do Ideb. Por isso, a partir de 2023, ela adotou, também, livros da coleção Acerta Brasil, da Editora Ática, para o Ensino Fundamental, e da coleção Aprova Brasil, da Editora Moderna, para o Ensino Médio.

Ao abrir a página do Portal Acerta Brasil (2021), nos deparamos com a seguinte chamada: “Melhore as notas da sua rede no Ideb: com o Acerta Brasil você potencializa a progressão da aprendizagem e avaliação dos estudantes.” Ainda de acordo com o site, o Acerta Brasil está presente em 462 municípios, mas não traz números referentes às redes estaduais, como o caso do Paraná.

A coleção Acerta Brasil é composta por livros de Língua Portuguesa e Matemática voltados às matrizes de avaliação externa, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Na rede estadual do Paraná, em 2023 e 2025, anos de Prova Brasil foram adotados os livros para os nonos anos do Ensino Fundamental e terceiros anos do Ensino

Médio⁴. Além do livro, a editora oferece quatro simulados anuais para serem aplicados aos alunos, bem como aplicativo para a correção e geração de relatórios pormenorizados sobre o desempenho dos alunos (Acerta Brasil, 2021).

Em uma rápida busca no Portal da Transparência do Governo do Paraná, foi possível encontrar três contratos de compras de livros didáticos firmados em 2023: um com a Editora Ática S/A e dois com a Soluções Moderna Editora e Serviços Educacionais LTDA.

De acordo com o contrato nº 4985/2023, o estado pagou para a Ática R\$ 41.586.020,04 pela aquisição de cerca de 800 mil livros de Língua Portuguesa e de Matemática, da Coleção Acerta Brasil, para ser distribuído aos alunos, além de cerca de 28 mil guias pedagógicos para os professores.

Já os contratos nº 1807/2023 e 3568/2023, com a Moderna, somam R\$ 38.551.807,20 e correspondem à aquisição de cerca de 220 mil livros didáticos da Coleção Aprova Brasil, para alunos dos 3º e 4º anos do Ensino Médio, além de cerca de 6.500 guias didáticos para os professores.

Os gastos com materiais didáticos para preparar os alunos para a Prova Brasil, somaram, em 2023, cerca de 80 milhões. Vale destacar que esta é uma despesa questionável, uma vez que os alunos já recebem o livro didático, de todas as disciplinas, do Governo Federal, por meio do FNDE. Sem contar, os gastos com as plataformas, que somam mais algumas dezenas de milhões e, que na prática, também têm substituído os livros didáticos em sala de aula.

e) Inativação/exclusão de alunos faltosos do sistema

Conforme já demonstrado neste artigo, o que elevou a nota do IDEB do Paraná foi o aumento da taxa de aprovação dos alunos (rendimento) e não o desempenho nas provas padronizadas que, como observado nas tabelas, teve, inclusive, redução da nota padronizada de 2019 para 2023. Também já foi abordado anteriormente o programa “Se liga, é tempo de aprender mais”, que foi um dos mecanismos utilizados pela Seed para aumentar a taxa de aprovação das escolas estaduais.

Entretanto, esse não foi o único mecanismo utilizado, pois além da redução da reprovação, a Seed também precisava resolver um outro problema: o índice de abandono

⁴Em 2023, os livros do 3º ano do Ensino Médio eram da Coleção Aprova Brasil, da Editora Moderna. Em 2025, todos os livros passaram a ser da Coleção Acerta Brasil, da Editora Ática.

escolar. Para isso, em 2023, ela enviou para os diretores de escola a Nota Técnica nº 39/2023 - SEED/DPGE/DGDE, que tratava da criação e utilização de um “Simulador do IDEB”, para que os diretores, a partir dos dados da escola, pudessem simular os possíveis cenários do IDEB daquele ano e, a partir disso, elaborar estratégias pedagógicas para elevar o índice da escola.

A nota também apresentava uma explicação de como é feita a coleta de dados do Censo Escolar:

Anualmente, os gestores escolares, declaram na última quarta-feira do mês de maio, para o Censo Escolar da Educação da Básica - “Etapa da Coleta da Matrícula Inicial” todos os estudantes com matrícula e frequência, vinculados à sua Instituição de Ensino, de forma fidedigna à sua realidade, e posteriormente na “Etapa da coleta da Situação da Matrícula” realizada em janeiro do ano seguinte, para cada um dos estudantes declarados em maio, é informado o seu resultado/situação final (aprovado, reprovado, transferido, abandono), finalizando desta forma o processo do Censo Escolar do respectivo ano letivo (...) (Secretaria da Educação, 2023b).

Na sequência o documento explica que, a partir dos dados coletados na primeira etapa do Censo, isto é, na Coleta da Matrícula Inicial, o Inep gera a base de estudantes que estarão aptos a participar das avaliações do SAEB, bem como o quantitativo mínimo (80%) de estudantes matriculados nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º e 4º anos do Ensino Médio, que devem obrigatoriamente estar presentes no dia da prova para que o resultado da escola seja publicado (Secretaria da Educação, 2023b).

Diante do exposto nessa nota técnica, fica fácil compreender como a Seed atuou para reduzir a taxa de abandono. Em maio de 2022, a Secretaria de Educação havia enviado para as direções escolares a Informação nº 40/2022 – SEED/DPGE/DGDE/CRE, que orientava os diretores e secretários de escolas sobre os casos em que os alunos deveriam ser caracterizados no SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar) como “Sem frequência” ou “Desistente”, para fins de declaração no Censo Escolar.

De acordo com uma tabela apresentada no documento, alunos com mais de 25% de faltas e média menor que 4,0 devem ser registrados no sistema como “Sem Frequência”; casos de alunos com mais de 25% de faltas, mas com médias maiores que 4,0 devem ser analisados (verificar atestados médicos ou outros motivos para as ausências e não realização das avaliações); casos de alunos com menos de 25% de faltas e médias menores que 4,0 também devem ser analisados e, caso não tenham justificativas, devem ser registrados como “Sem

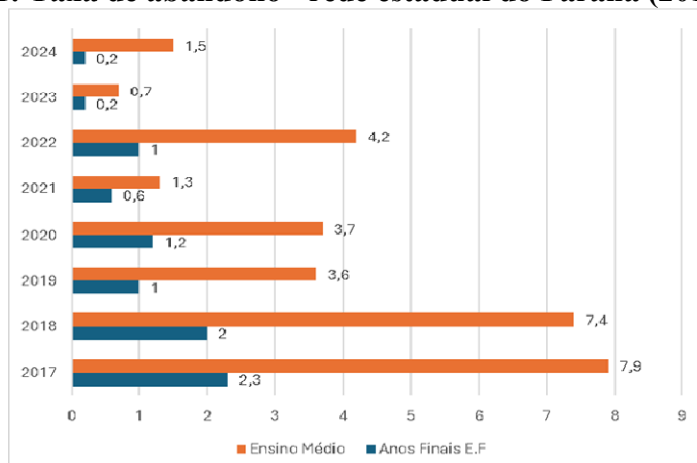
Frequência”; os alunos com menos de 25% de faltas e médias superiores a 4,0 devem ser mantidos como ativos (Secretaria da Educação, 2022).

Em síntese, a Seed orienta a registrar no sistema como “Sem Frequência” os alunos que têm mais de 25% de faltas e médias inferiores a 4,0, e alunos que, mesmo com menos de 25% de faltas, têm notas inferiores a 4,0. Ao caracterizar esses alunos como “Sem Frequência” antes da primeira coleta de dados do Censo Escolar, que acontece em maio de cada ano, eles não constarão como reprovados ou evadidos na segunda etapa do Censo, em janeiro do ano subsequente.

Essa medida, somada a outras, como o fechamento de turmas regulares e de EJA no noturno (turno que historicamente tem taxas maiores de abandono e reprovação), em dezenas de escolas estaduais do Paraná, ajudaram a Seed a garantir, em 2023, o menor índice de abandono escolar, sendo 0,2 nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 0,7 no Ensino Médio (Inep, 2025).

Abaixo, foi organizado um gráfico com os índices de abandono escolar da rede estadual do Paraná, entre os anos 2017 e 2024, conforme divulgados pelo Inep. Observe:

Figura 1: Taxa de abandono - rede estadual do Paraná (2017-2024).



Fonte: Inep, 2025.

No gráfico, chama a atenção que os índices de abandono, principalmente no Ensino Médio, eram muito maiores em 2017 e 2018, isto é, antes do governo Ratinho Jr. e de Renato Feder na Secretaria de Educação. A partir de 2019, esses índices caem praticamente pela metade, tanto no Ensino Médio quanto no Fundamental.

Outro dado importante de se observar é que nos anos ímpares, a partir de 2019, os índices de abandono são menores do que nos anos pares. Isso ocorre porque os dados sobre o rendimento escolar (taxa de aprovação, de reprovação e de abandono) que servirão de base

para o cálculo do Ideb são coletados nesses anos, assim como a aplicação da Prova Brasil. Portanto, é principalmente em anos ímpares que a Seed orienta, de forma mais enfática, diretores e secretários de escolas a caracterizarem os alunos faltosos ou com notas baixas como “Sem Frequência” no SERE.

Conclusão

A partir do que foi exposto e debatido neste artigo, é possível afirmar que os resultados do Ideb do Paraná não são capazes de determinar a qualidade da educação oferecida ou a aprendizagem real dos estudantes. Corrobora com essa afirmação o fato de ter sido a taxa de aprovação que alavancou as notas do IDEB de 2019 para cá, sendo que as notas padronizadas das provas tiveram quedas seguidas em 2021 e 2023.

Foram decisivos para o aumento da taxa de aprovação, a criação do programa “Se liga, é tempo de aprender mais”, que pressionou as escolas e professores a ofertarem atividades extras de recuperação para os alunos no final do ano letivo, a caracterização de alunos faltosos e com notas baixas como “Sem Frequência” no sistema, para não serem contabilizados no Censo Escolar, e o fechamento do noturno e de turmas de EJA em diversas escolas. Estas últimas ações possibilitaram inclusive a redução drástica na taxa de abandono escolar, conforme observado no gráfico.

Elencamos ainda outros mecanismos usados pela Seed para aumentar o IDEB, estes focados em melhorar as notas dos alunos nas provas, são eles: Prova Paraná, Desafio Paraná (plataformização), aulas prontas no LRCO, livros e simulados Acerta Brasil (Editora Ática), além de pagamento de bonificação para os professores das escolas que atingirem as metas estabelecidas.

Essa política de avaliação em larga escala tem sido utilizada amplamente para colocar a educação pública no mercado e para o controle ideológico do currículo escolar, por parte dos reformadores empresariais. Ela tem servido, ainda, de propaganda para governos estaduais e municipais, como no caso do Governo do Paraná.

Entretanto, tal política tem trazido consequências perversas para a educação pública. Professores têm sido responsabilizados pelas notas de suas escolas (a pressão e exposição têm levado a categoria ao adoecimento), planos de carreira estão sendo desmontados dando lugar a pagamentos de bônus pelas metas atingidas, o que reforça a meritocracia e a competição nas

escolas. O apostilamento e a plataformização da educação retiram a autonomia do professor, precariza a formação docente e reforça o controle sobre o currículo.

Para os alunos: excesso simulados para a Prova Brasil, currículo mínimo voltado aos descritores das provas, aprovação quase automática sem garantia de aprendizagem real, exclusão da escola com o fechamento de turmas de EJA, do noturno e foco no direito à aprendizagem de forma isolada, sem levar em consideração outras necessidades e direitos.

Por fim, sendo justificada pelo desempenho das escolas no Ideb, temos a privatização da escola pública, que no Paraná já atinge 86 escolas, e tem como consequência ainda mais controle ideológico, precarização do trabalho e desvalorização salarial dos professores, seleção e exclusão de alunos, e aumento dos lucros para os conglomerados educacionais.

Referências

- Acerta Brasil. (2021). Portal Acerta Brasil. Recuperado em: <https://portalacertabrasil.com.br/>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- Adrião, T; Domiciano, Cassia Alessandra. (2018). A educação pública e as corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimentos no Brasil. *Fineduca - Revista Financiamento da Educação*, 08(03). <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79084>
- APP-Sindicato. (2025). Assembleia da APP-Sindicato aprova jornada de lutas contra política de adoecimento e assédio da Secretaria da Educação. Recuperado em: <https://appsindicato.org.br/assembleia-da-app-sindicato-aprova-jornada-de-lutas-contrapolitica-de-adoecimento-e-assedio-da-secretaria-da-educacao/>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- Brasil. (1996). *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República.
- Brasil. (2007). *Decreto-Lei n. 6.094*, de 24 de abril. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Todos pela Educação. Brasília: Presidência da República.
- Caiden, Gerald E; Caiden, Naomi J. (2001). Enfoque y lineamientos para el seguimiento, la medición y la evaluación del desempeño en programas del sector público. *Revista do Serviço Público*, 52(01). <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/301>
- Chilante, Ednéia Navarro; Farias, Adriana Medeiros; Lima, Michelle Fernandes. (2024). Programa Parceiro da Escola: o que você precisa saber sobre mais uma ação privatista do governo Ratinho. In: Não venda a minha escola. Política educacional paranaense: a

transformação da escola pública em mercadoria: coletânea de textos para debate. Denez, Cleiton Costa; Chilante, Ednéia Navarro; Ribeiro, Jussara Aparecida; Neves, Marcia Aparecida de Oliveira. Paranavaí: Unespar.

Curitiba. (2025). Prefeitura de Curitiba já chamou mais de 4,6 mil famílias para receber o vale-creche. Recuperado em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-de-curitiba-ja-chamou-mais-de-46-mil-familias-para-receber-o-vale-creche/78461>. Acesso em: 23 de jul. 2025.

Escola Digital. (2025). Plataformas educacionais. Recuperado em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais. Acesso em: 24 jul. 2025.

Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(59). [a07v2059.pdf](#)

Freitas, Luiz Carlos. (2012). Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, 33(119), 379-404. <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>

Freitas, Luiz Carlos. (2014a). Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. *Educação & Sociedade*, 35(129), 1085-1114. <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/abstract/?lang=pt>

Freitas, Luiz Carlos. (2014b). Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, 06(01), 48-59. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594>

Inep. (2024a). Censo escolar 2024: divulgação dos resultados. Recuperado em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

Inep. (2024b). Resultados. Recuperado em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Inep. (2025). Taxas de Rendimento Escolar. Recuperado em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>. Acesso em: 29 ago. 2025.

Paraná. (2023). *Lei n. 21.847*, de 14 de dezembro. Institui o Bônus de Resultado de Aprendizagem aos servidores que exerçam atividades nas instituições de ensino, nos Núcleos Regionais de Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas. Curitiba: Casa Civil.

- Paraná. (2021). *Lei n. 20.935*, de 17 de dezembro. Institui a Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal e a Gratificação de Resultado de Aprendizagem para Diretores e Diretores Auxiliares das instituições de ensino da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná. Curitiba: Casa Civil.
- Paraná. (2024b). Com 44 mil votos, termina consulta do Parceiro da Escola; resultado sai a partir de terça. Recuperado em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Com-44-mil-votos-termina-consulta-do-Parceiro-da-Escola-resultado-sai-partir-de-terca>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- Paraná. (2024a). *Lein. 22.006*, de 04 de junho. Institui o Programa Parceiro da Escola. Curitiba: Casa Civil.
- Ravith, Diane. (2011). Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina.
- Secretaria da Educação. (2022). Informação nº 40/2022 – SEED/DPGE/DGDE/CRE. Auditoria Pré-Censo dos estudantes com matrícula caracterizado com Sem Frequência e Desistente. Curitiba.
- Secretaria da Educação. (2023c). Contrato nº 4985/2023. Anexo VIII. Contrato de Fornecimento. Curitiba.
- Secretaria da Educação. (2023d). Contrato nº 1807/2023. Contrato de Fornecimento. Curitiba.
- Secretaria da Educação. (2023e). Contrato nº 3568/2023. Contrato de Fornecimento. Curitiba.
- Secretaria da Educação. (2023b). Nota Técnica nº 39/2023 - SEED/DPGE/DGDE - RETIFICAÇÃO. Simulador IDEB – DGDE como ferramenta da Gestão Escolar Estratégica. Curitiba.
- Secretaria da Educação. (2023a). Rede estadual de ensino ganha plataforma para lições de casa. Recuperado em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-de-ensino-ganha-plataforma-para-licoes-de-casa>. Acesso em: 30 de jul. 2025.
- Secretaria da Educação. (2024a). Estado homologa resultado e divulga 82 colégios que farão parte do Parceiro da Escola. Recuperado em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Estado-homologa-resultado-e-divulga-82-colegios-que-farao-parte-do-Parceiro-da-Escola>. Acesso em: 23 de jul. 2025.
- Secretaria da Educação. (2024b). Recurso educacional digital da rede estadual torna ensino mais eficiente e prazeroso. Recuperado em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Recurso-educacional-digital-da-rede-estadual-torna-ensino-mais-eficiente-e-prazeroso>. Acesso em: 30 de jul. 2025.

- Silva, Isabelle Fiorelli. (2010). O sistema nacional de avaliação: características, dispositivos legais e resultados. *Estudos em Avaliação Educacional*, 21(47), 427-448. <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1602/1602.pdf>.
- Silva Jr., Silvio Borges da. (2016). Política de avaliação de larga escala e suas implicações no currículo da rede estadual do Paraná nos anos 2011-2012 (Governo Beto Richa). Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu – Pr.
- Silva Jr., Silvio Borges da. (2021). Prova Paraná: controle, meritocracia e responsabilização. In: Horn, Geraldo Balduino; Santarosa, Sebastião Donizete; Kestring, Bernardo; Rech, Pedro Elói (orgs). Mercantilização da educação pública no Paraná (pp. 76-95). Curitiba: Platô Editorial.
- Sousa, Sandra Zákia; Oliveira, Romualdo Portela. (2003). Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. *Educação & Sociedade*, 24(84), 873-895. <https://www.scielo.br/j/es/a/Qz7TkWG9XWK4kKSHZqzvZBc/>
- Sousa, Sandra Zákia; Oliveira, Romualdo Portela. (2010). Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 793-822. <https://www.scielo.br/j/cp/a/HfYnBHFv4x63bWY6nkfJt7H/abstract/?lang=pt>

*Submetido em agosto de 2025
Aprovado em setembro de 2025*

Informações autorais

Silvio Borges da Silva Júnior

Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Unioeste de Cascavel

Grupo de Pesquisa: HISTEDOPR - Grupo de Pesquisa em História, sociedade e educação no Brasil/GT da Região Oeste do Paraná

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2941447429146605>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6366-9251>

E-mail: silviobsjr@hotmail.com